

# Imprensa, escola e a forma da leitura em Portugal no século XIX<sup>1</sup>

Carlota Boto<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho procura abordar a situação da educação e particularmente da escola primária em Portugal na primeira metade do século XIX, à luz do olhar que a imprensa tinha da mesma escolarização. Parte-se da interpretação do discurso educacional que à época seria assumido particularmente por um setor específico da imprensa, constituído por revistas e periódicos que tinham intenção de esclarecimento e instrução das populações. Tais revistas propunham portanto o investimento social na escola primária como uma maneira de reconstituir uma dada vocação perdida da nacionalidade portuguesa. De alguma maneira, tratava-se de inserir Portugal na desejada modernidade, mediante a criação do rito escolar, ou daquilo que já se caracterizou por 'forma escolar de socialização'.

**Palavras-Chaves:** Imprensa; Escola; Historia da Educação.

## Abstract

This paper looks for approaching the education situation and, in particular, of the primary school in Portugal during the first half of the XIXth century, coming to light the way of thinking that the press had about the same act of schooling. Starting from the interpretation of the educational discourse that, in that epoch, would be assumed, in particular, by a specific sector of the press, constituted by magazines and periodicals wich had the intention of clearness and instruction of the populations. Such magazines were proposing, consequently, the social investment in the primary school as a manner to rebuild the inborn lost vocation of the portuguese nationality. In any way, the objective was to introduce Portugal in the desired modernity, by means of the schooling rite, or of what that had already be characterized through 'socialization schoolinhg forme'.

**Key-Word:** Press; School; History of Education.

---

<sup>1</sup> Este texto é parte de tese de doutoramento intitulada *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito da sociedade portuguesa do século XIX (1820-1910)*, defendida a 8-9-1997 junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota.

<sup>2</sup> A autora é professora da disciplina História da Educação na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Araraquara. Endereço eletrônico: bototota@fclar.unesp.br

Ao trabalhar o tema da “forma escolar de socialização”, Guy Vincent ancora-se na perspectiva segundo a qual haveria, por parte do ritual escolar, a obediência a normas impessoais, que envolveria todos os atores nele envolvidos, e cuja estrutura seria o próprio princípio de sua inteligibilidade. Vincent supõe que o modo escolar de socialização, criado pelo mundo moderno, entre os séculos XVI e XVII teria o efeito de se impor a outras formas anteriores e instituições da sociedade, coincidindo, em seu parecer, com a “instauração de uma nova ordem urbana, uma redefinição, redistribuição dos poderes civis e religiosos”<sup>3</sup>.

A forma escolar não é aqui vista apenas como efeito do mundo moderno, mas como partícipe, que contribui para a própria instauração da modernidade. De alguma maneira, pode-se dizer que escola criada pela modernidade, é portanto a escola que dialoga com o mundo do escrito<sup>4</sup>. Ao transformar todas as antigas relações e códigos de aprendizagem, a escola caracteriza, de alguma maneira, a própria organização da pedagogia como “constituição de saberes escriturais formalizados, saberes objetivados, delimitados, codificados, abrangendo tanto o que era ensinado quanto a própria maneira de ensinar, as práticas dos alunos, mas também as práticas dos professores.”<sup>5</sup>

Cria-se, a partir dali, uma maneira nova de transmitir conhecimento e de se constituir poderes sociais. Porém, poderíamos dizer que a mesma escola que pretende ordenar, ritualizar, classificar e conferir uniformidade, será a escola que prescreve uma maneira toda própria de lidar com a ameaça da atitude leitora.

Trata-se fundamentalmente de um território que, sem negar o mundo da leitura, procura indubitavelmente controlá-lo. A escola do ler, do escrever e do contar, será, nessa direção, também a escola que ensina a se comportar. Com o intuito de espriar determinados códigos de conduta e de valores para com o outro e para com Deus, a escola que instrui é também a escola cujo rito compõe um modo muito específico de aprendizado da obediência, que, acima de tudo, estrutura-se como um direcionamento preciso em relação à atividade da leitura. A escola primária moderna não se contenta portanto com o ‘ensinar a ler’. A seus olhos, cabe ensinar como ler, quando ler, o que ler, quanto ler...

<sup>3</sup> Guy Vincent, *L'éducation prisonnière de la forme scolaire: scolarisation et socialisation dans les sociétés industrielles*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1994. p. 16.

<sup>4</sup> “A escola como local específico, separado de outras práticas sociais (práticas de exercício de um ofício em particular), é ligada à existência de saberes objetivados. A escrita que permite a acumulação da cultura até conservá-la ao estado incorporado torna cada vez mais indispensável a emergência de um sistema escolar. Com a generalização das culturas escritas no campo de práticas heterogêneas, a escola torna-se lugar cada vez mais central, o ponto de passagem obrigatório para um número cada vez maior de seres sociais que se destinam a tipos de atividades e de posições sociais bastante diferentes”. (Idem *Ibidem*, p. 30)

<sup>5</sup> Id. *Ibid.*, p.30.

Por outro lado, pode-se constatar que a escola moderna torna-se progressivamente pública: pública pela estrutura de sua manutenção, pública por sua clientela cada vez mais diversificada. Contudo, em diferentes países, foram inúmeras as trilhas que compuseram o caminho da escolarização. Em alguns casos, mais breve, em outros, com algum atraso, a escola que surge e se desenvolve no mundo moderno, cada vez mais se propõe como uma instituição que, por algum tempo, rapta a criança do universo familiar. De alguma maneira, a família burguesa teria delegado uma parcela de sua responsabilidade formativa para esta outra instituição, cuja especialidade era o próprio ensino, a própria educação. Curiosamente, a escolarização, que recebe a confiança da família, tende cada vez mais a negar o lugar familiar da educação. Pretende trazer profissionalismo ao ato educativo. Evidentemente, as trilhas seguida pelos inúmeros países para a conquista dessa escola preservam em cada caso particularidades próprias. Para o historiador da educação, entretanto, compreender o país supõe percorrer justamente o percurso de constituição de sua forma escolar de socialização.

Particularmente no caso português, a situação da escola primária desde o princípio do século XIX e, especialmente, desde o início do período liberal e constitucional não foi exatamente das melhores, se comparada ao restante dos países europeus. Para os intelectuais e políticos da época,urgia elevar Portugal à altura de seu século e, fundamentalmente, à altura que a nação portuguesa sempre mereceu no contexto da Europa. Fazer isso - no entender de Herculano, por exemplo - era dever de consciência que deveria mobilizar os esforços intelectuais. Cumpria aos jornais, às revistas, aos professores de instrução primária, abraçarem esta causa. Embora não houvesse correspondência em termos de prioridades de políticas públicas, modernizar Portugal era tarefa que, na compreensão do debate intelectual do período, passava pela leitura e passava pela escola. A proeminência do discurso estava portanto posta pelos argumentos....

Tornar-se-ia comum, a partir dos anos 30 do século XIX, os jornais centrarem-se sobre a seguinte intriga intelectual: qual era, de fato, a vocação de Portugal? E por que, em seu caminho, pela história da civilização, esse povo obteve tantas glórias durante o tempo das descobertas para imediatamente depois ser relegado a tão profundo esquecimento? Quais eram assim as razões da decadência portuguesa? A questão da escola e da educação popular é tomada, nessa perspectiva, como forte hipótese explicativa do declínio. O país não teria sabido se colocar a par de seu tempo no desenvolvimento de um modelo de civilização que o aproximasse dos outros povos europeus naquilo que diz respeito à irradiação e à partilha

das conquistas da ciência e da técnica. O tema da escolarização compunha pois uma das teses voltadas à superação da decadência...

Como destacava no ano de 1842 a **Revista Universal Lisbonense**, a povoação de Portugal, naquela altura, era de aproximadamente 3300000 pessoas. Os países mais desenvolvidos, tais como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, teriam, supostamente, uma média de um estudante para cada 5 ou 6 indivíduos. A França, menos avançada do que os países anteriores, possuía um aluno para 8 ou 9 habitantes<sup>6</sup>. De qualquer modo, haveria, nos países mais adiantados do mundo, a preocupação em altear a instrução como fonte e justificativa do desenvolvimento. Essa seria, de algum modo, uma das marcas mais típicas do avanço da civilização naquele século XIX.

A situação de Portugal era, entretanto, apreendida à guisa de comparação com aqueles outros países que, efetivamente, pareciam bastante favorecidos e à frente da situação precária em que se encontrava a península ibérica. Na verdade havia em Portugal na mesma ocasião, segundo dados do mesmo artigo assinado por Cláudio Adriano da Costa, 34.869 alunos de instrução primária e 1.872 de instrução secundária. Isso significava, para os 3.300.000 indivíduos que compunham a população portuguesa de então uma correspondência equivalente a 1 estudante por 54 pessoas. O último recenseamento que dera então esse quadro havia sido efetuado no ano de 1838. De acordo com a situação verificada, a composição média de uma família portuguesa era na ocasião de 3,89 indivíduos; o que significava na prática que, em cada 14 famílias, apenas uma delas teria um indivíduo educado; entendendo-se aqui por educação - diga-se de passagem - o cumprimento de alguns anos de escola, que nem sempre podiam ser caracterizados como profícuos em termos da aquisição das habilidades básicas da leitura e da escrita. Ocorre que, no decorrer dos primeiros anos do século XX, particularmente no período que imediatamente antecedeu a queda da monarquia, a situação do ensino persistia sendo denunciada pela imprensa periódica, que julgava o caso português sempre à luz de sua já sabida defasagem em relação a países mais desenvolvidos da Europa

<sup>6</sup> Cláudio Adriano da COSTA, *Revista Universal Lisbonense*, tomo II, anno de 1842-1843, volume II série I, 13-10-1842, p. 37. Como poderemos verificar posteriormente, durante a primeira metade dos anos 40, o articulista Cláudio Adriano da Costa seria um dos principais redatores do temário pedagógico da referida revista, comentando trazendo inúmeras informações e correlações estatísticas a partir de dados do recenseamento e de outros levantamentos quantitativos, que, por sua vez, contribuiriam para elucidar a carência de referenciais 'numéricos' da época.

<sup>7</sup> "(...) e as outras 13, por conseguinte, não se poderão dedicar senão às mais humildes ocupações do trato doméstico ou trabalho braçal; ficando as mulheres condenadas a fazerem as vezes de animais de carga, como se está vendo por essas estradas de província, e os homens a cavarem com uma enxada." (C. A. Da COSTA, *Revista Universal Lisbonense*, tomo II, volumelI, série I, 13-10-1842, p. 38)

A pedagogia portuguesa do século XIX é extremamente tributária da interpretação que os contemporâneos faziam de seu país. Evocava-se a glória passada, o atraso, e a miséria do presente, para propor formas de intervenção que agissem no sentido de atualizar a glória perdida em um futuro que passaria a ser, desde então, criteriosamente palmilhado. Sucede que, como tal perspectiva de futuro é remota, o presente deixa de ser compreendido enquanto uma circunstância, um valor em si, para ser interpretado como um período voltado para o sacrifício da regeneração de um país. Intervalo entre passado e futuro, o presente reduzir-se-ia a um palco de ação redentora dos destinos nacionais. Aos atores efetivos deste ato político - homens, adultos e, especialmente, crianças - apresentava-se exclusivamente a perspectiva de sacrifício, que seria tanto maior quanto mais importante o papel a se desenvolver depois. O presente é portanto o momento da luta, da abnegação e do sacrifício. O tempo por excelência é o futuro que resgatará o passado.

A história, a quem se diz reservar um 'distinto destaque' era posta na verdade como a memória viva da grandeza. Portanto, o esforço de rememoração parecia imprescindível para demarcar a identidade de um país que se sabia em crise...

**O Panorama; jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis ( 1837 )** pretendia, como o próprio nome assinalava, derramar, através do ato e da criação do hábito da leitura, parâmetros mais adequados de civilização e cultura. Como destaca Catroga, **O Panorama** teria sido o primeiro instrumento de veiculação das novas idéias, dos novos quadros mentais, da nova concepção de história e de mundo, que se iniciaria em Portugal a partir da efetivação do regime liberal em 1834. Era uma revista que, fundada por Alexandre Herculanu, pretendia atingir camadas médias e populares, ou - nas palavras de Catroga - um público interclassista. Para tanto, apresentava um formato inovador para o caso português; tinha uma feição eminentemente enciclopédica e fazia por divulgar, não apenas as conquistas da ciência nas diferentes áreas do conhecimento, mas também os modos de se portar perante elas. Havia nitidamente ali o intuito de civilização e a revista entendia a si própria como uma Pedagogia social que pudesse firmar hábitos e criar tradições. Era assim que **O Panorama** falava de educação e do que se fazia nos povos estrangeiros; falava do modo de governar os homens e da Academia Real das Ciências; falava dos indígenas da América e do Marquês de Pombal... Consta que a tiragem da revista alcançaria, em alguns números, uma média de 5000 exemplares.<sup>8</sup> Muitas outras iniciativas teriam o sucesso d' **O**

<sup>8</sup> "(...) cifra que, mesmo exagerada, é contudo digna de registro numa época em que a taxa de analfabetismo se aproximava dos 90%. Seja como for, ela terá chegado aos meios mais alfabetizados, constituindo, como

**Panorama** por referência. Castilho, com a **Revista Universal Lisbonense** não denegaria a influência que tivera. A verdade é que o século XIX desde então deixou-se registrar em Portugal por tais iniciativas de jornais e de revistas que se pretendiam voltados explicitamente para a educação popular, para a formação de camadas leitoras.<sup>9</sup> De algum modo, teria havido um papel pedagógico, intencional e planejado nessa leitura de formação, cuja finalidade explícita seria sobretudo a de libertar o leitor do despotismo das situações do cotidiano, preparando-o e habilitando-o, em uma direção enciclopédica, para temas dos quais se julgava necessário o domínio. Desejava-se pois pela imprensa formar a cultura geral.

Ainda nos primeiros anos de existência do jornal, particularmente 1837 e 1838, o cenário do prólogo dirigido aos assinantes veicularia, com bastante frequência, a importância social da habilidade coletiva da leitura. O jornal dizia pretender “derramar a instrução, fazendo descer a literatura e a ciência ao nível das inteligências comuns.”<sup>10</sup> Segundo diziam os articulistas, o problema da leitura em Portugal consistia, antes de qualquer coisa, na ausência de interesse das populações sobre esta prática. A disposição de instruir, própria do jornal, deveria ser complementada pela disposição anterior de distrair, na ausência da qual o povo não procuraria instrução. O mundo da cultura deveria ser apresentado, pois, sob essa dupla perspectiva: aquele que distrai instruindo<sup>11</sup>. Mas para além da instrução, o mundo da

se escreveu nos Anais das Ciências e das Letras, ‘um admirável instrumento de iniciação intelectual no atraso relativo em que existíamos por aquele tempo, manifestou os seus efeitos desde logo; e redigido por algumas das capacidades mais distintas do país, concorreu poderosamente para aperfeiçoar a linguagem, desenvolver o gosto pelas letras, e fazer revocar do esquecimento as tradições gloriosas do nosso passado.’” ( Fernando CATROGA, Alexandre Herculano e o historicismo romântico, In: A história através da história, p. 42 ).

<sup>9</sup> Maria Manuela Tavares RIBEIRO já assinalava o seguinte sobre as bases sociais da leitura no século XIX português: “Num complexo e vasto conjunto de fatores estruturais, tendenciais e conjunturais - a alfabetização, a liberalização legislativa da imprensa, os diversos progressos técnicos, a constituição de um mercado editorial do livro, o desenvolvimento concorrencial da imprensa, os problemas suscitados pelo acesso das classes médias aos bens culturais, a necessária educação das classes laboriosas, a reorganização de meios e formas de educação e de cultura, a autonomização dos intelectuais em relação à propriedade literária e às relações do escritor com a sociedade - o livro é veículo importante de circulação de idéias, de comunicação de mensagens e sendo, ao mesmo tempo, um objeto de consumo da sociedade oitocentista portuguesa.” ( Maria Manuela Tavares RIBEIRO, Livros e leitura no século XIX, In: História da vida privada e do quotidiano em Portugal, p. 2 ).

<sup>10</sup> O PANORAMA; jornal literario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, volume segundo, 6-1-1837 p. 36.

<sup>11</sup> “Quando este jornal começou a aparecer, nada mais era, quanto à forma, do que uma imitação do Penny Magazine, do qual também o são todos os jornais populares publicados na Europa. Persuadidos estávamos então que nenhum melhor modelo tínhamos para seguir; mas com o tempo nos temos convencido de que as circunstâncias relativas aos dois países, Portugal e Inglaterra, sendo diversíssimas, deviam influir diversamente no modo de tratar a literatura popular das duas nações. Em Inglaterra, como em França e na Alemanha, o ler é uma necessidade intelectual, em Portugal, um prazer, ou antes um desfastio, e é como tal principalmente que a instrução se deve apresentar entre nós. Em parte nenhuma, portanto, ela deve ter em si os dois caracteres, do útil e deleitoso, como em nosso país. Na Inglaterra, um jornal que contém quatro ou cinco artigos escritos com atenção e oferecendo matérias graves, severamente tratadas, louvam-no e lêem-no; em Portugal, louvam-no, mas poucos o lêem. Entre nós é preciso que o agradável conduza e obrigue o

cultura deveria perfazer uma atitude formadora dos hábitos e dos valores socialmente prescritos. Portanto, tratava-se, acima de tudo, de uma tarefa eminentemente educativa. Como já pudemos observar no tópico anterior, a leitura instrutiva era aquela que, de alguma forma, poderia inclusive exercer a tarefa de controlar a leitura espontânea, sendo que esta última, por sua vez, ocasionaria inevitavelmente a corrupção dos costumes e dos padrões de moralidade.

“Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade, saibam ler, não queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastarem nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. (...) Os meninos pobres, que freqüentam as escolas elementares, tiram desde logo a grande utilidade de livrar-se da ociosidade, da distração e da dissipação do espírito, dos perigos de uma vida vaga e desocupada, da inclinação ao jogo e aos folguedos tumultuosos daquela idade. Ao mesmo tempo vão contraindo o hábito de aplicação, da ordem, da obediência, do amor do trabalho, da piedade, da recíproca afeição de uns para com os outros, etc. Além disso, a simples instrução do ler, escrever e contar desenvolve, pouco ou muito, nos meninos as suas faculdades, e lhes dá um certo grau de cultura moral. Os homens, que têm aprendido aquelas artes ainda quando, em toda a sua vida, não abram um só livro, sempre serão mais inteligentes, mais dóceis, mais razoáveis, e conseqüentemente melhores e mais hábeis oficiais dos seus ofícios, do que aqueles cujas faculdades se têm conservado como entorpecidas no meio da grosseira e estúpida ignorância.”<sup>12</sup>

Sugeria-se na seqüência que a instrução popular pudesse atuar como uma instituição moralizadora, através do conteúdo dos textos que, por essa atividade leitora, seriam irradiados em profusão. A boa leitura, que principiaria pelo catecismo e pela decorrente tarefa de Pedagogia catequética, adequar-se-ia a todo tipo de situação social. Portanto, esse primeiro degrau da instrução deveria sim ser universalizado. A leitura do Evangelho, bem como leituras amenas de “obrinhas populares”, seriam sempre benéficas por afastarem o indivíduo do ócio que conduz ao vício e por conformarem a pouco e pouco novos costumes, mais apropriados

---

proveitoso aos olhos de grande número de leitores; é preciso que o escritor não só tenha boa consciência, mas também que esta seja risonha.” ( O PANORAMA..., 6-1-1837, p. 36 ).

<sup>12</sup> O PANORAMA; jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, Volume Primeiro, nº5, 3-6-1837, p. 37.

perante o estado atual da civilização. O texto recorda que, se as camadas privilegiadas da população tivessem um ato de generosidade e fundassem efetivamente instituições de ensino para os setores populares, inequivocamente haveria ganho de ambas as partes - ao contrário dos que temiam o efeito da instrução particularmente sobre os trabalhadores braçais.

“(...) por certo que todos os meninos que a freqüentarem receberão aí princípios religiosos, idéias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes: todos aprenderão a ler, escrever e contar: todos saberão bem o seu catecismo e respeitarão as obrigações religiosas, civis e domésticas: nada os excitará a abandonar, e ainda menos a desprezar, o ofício de seus pais. Nada concorrerá para alterar essa igualdade que se deseja conservada. Enfim não haverá na aldeia senão uma única diferença: que os seus habitantes serão mais inteligentes e menos ociosos: que valerão consequentemente um pouco mais que d’antes.”<sup>13</sup>

A leitura nos primeiros números d’ **O Panorama** é então apontada como fonte de bons hábitos morais. O costume de ler estruturaria práticas de meditação, desenvolveria a perspicácia do raciocínio, a retidão nos modos de julgamento sobre os homens e sobre os fatos, o abandono de maus modos, ligados, na grande maioria das vezes, a práticas de sociabilidade de setores tidos por menos civilizados. Além de código moral, a leitura residia portanto em veículo de urbanidade, de controle das paixões. Ocorre que, paulatinamente, passa-se a diferenciar a ação da boa escola com a atuação da má escola; do mesmo modo, distingue-se a boa e instrutiva leitura da má e corruptora leitura....Caberia ao preceptor e ao jornal mostrar que a natureza entendeu que alguns tinham dons que os levariam mais longe que outros; cabe à escola e ao jornal evidenciar que eram eles quem controlavam tal seleção, que demarcavam lugares, que estabeleciam distâncias, que ditavam a aceitação e a conformidade....<sup>14</sup> Com significativa

<sup>13</sup> O PANORAMA..., volume primeiro, nº5, 3-6-1837, p. 37.

<sup>14</sup> “A escola é um verdadeiro remédio do amor próprio; bem-entendido que falamos da boa escola; a má, além dos frutos detestáveis, que infelizmente produz, tem o inconveniente de não ensinar os meninos a conhecerem-se nem a corrigirem-se. A boa escola também desenvolve os sentimentos de modéstia, de sociabilidade, de ternura, de gratidão, de benevolência, que são todas excelsas virtudes. A má escola excita uma influência contrária. As superioridades excitam a inveja, o ciúme, o ódio; as distinções mal distribuídas desenvolvem a ambição prematura n’uns, infundem danoso descoroamento n’outros. Uns aprendem a sacrificar tudo ao desejo de brilhar; habitua-se a pavonear-se com desmedido amor-próprio; e seu único cuidado é eclipsar até os seus amigos: outros se afazem à preguiça, ao descontentamento, à maledicência, à inveja e ao ódio. Isto é incontestável: mas por tudo isso que na escola se manifestam as paixões, aí as deve combater a educação moral. Tudo está nas mãos do preceptor. Ele deve apontar aos seus alunos as causas do brilhante sucesso de uns e da inferioridade de outros, analisá-las em sua presença, e demonstrar-lhes que todos são dotados da faculdade da atenção e da capacidade para o trabalho; que, na verdade, receberam da



freqüência, o tema do estudo e da leitura são caracterizados por seus riscos e perigos.

Na verdade, a instrução é tomada como uma necessidade, como uma inevitabilidade, algo por quem o próprio século clamava. A ambição de saber teria sido dilatada e propagada pelo aperfeiçoamento da ciência e da técnica e o desejo de adentrar o mundo da cultura letrada era uma decorrência natural desse processo. Sentiu-se pois a necessidade de instrução, que vinha irradiada pelos diversos países, propalada fundamentalmente pelas novas e mais modernas técnicas de dinamização do impresso. Era portanto o livro quem criava a necessidade da escola e do aprendizado da leitura; e não o contrário. Os contemporâneos tinham isso muito claro.<sup>15</sup> As publicações voltadas para a ilustração popular eram portanto tributárias daquele fervilhar jornalístico. O impresso se firmara no mundo contemporâneo. Mais e mais, o homem do povo faria da leitura um hábito, uma rotina. Era então imprescindível trazer e veicular, até para efeito pedagógico, bons e úteis conhecimentos, a serem irradiados, pela via do livro, do jornal, dos folhetos, que circulavam e que faltavam a quaisquer controles...

“Os nossos compatriotas desenvolvem a sua aptidão intelectual; o gosto e o hábito de ler enraiza-se no povo; e assim com fundamento esperamos que entre nós se derramem os frutos da leitura, deste entretenimento profícuo, que enche o vazio que deixam os maus hábitos e que, expelindo o mau pensamento, dá origem ao bom; falamos da leitura das obras que o povo deve ler, daquelas que enriquecem o espírito com úteis noções, imprimem no coração as doutrinas puras da moral e habilitam para o trato do mundo e conversação cotidiana, mediante notícias interessantes e curiosas. Publicam-se já em nosso país com aplauso merecido jornais especiais dedicados às ciências; cresce progressivamente o número das obras periódicas, destinadas à leitura do máximo número de pessoas. Se o povo não lia, era porque não lhe facilitavam os meios de ler. Sem contarmos volumosas e insípidas novelas, farsas imorais e sátiras

---

natureza dons diversos, este mais memória, aquele mais imaginação, aquel'outro mais juízo, mas que, aplicando-se todos com igual regularidade, podem todos obter, cada um no seu gênero, notáveis vantagens.” (O PANORAMA..., nº35, 30-12-1837, p. 276 ).

<sup>15</sup> “Se em tempos remotos as qualidades físicas, as meramente corpóreas, influam na valia de um homem; hoje esta se mede pelos dotes da alma, pelos graus de inteligência, da erudição, do saber: todos sentem a necessidade da instrução, todos procuram instruir-se; e por esta única circunstância se explicam as numerosas associações literárias que se organizam, as aulas e bibliotecas que se abrem, a prodigiosa quantidade de livros que se publicam, e mais que tudo os inúmeros jornais literários e de instrução popular que circulam pelo mundo em tão variados idiomas, e sobre tantos e tão diversos assuntos. Como poderia pois, neste movimento geral europeu, a nação portuguesa permanecer imóvel e indiferente ?” ( O PANORAMA, nº140, volume quarto, 1840, p. 1 ).

indecentes, e outras futilidades e inépcias, com que gemiam os prelos, o que avultava um ou outro livro, que, ou pelo seu preço, ou pela sua especialidade, ou pelo seu estilo e disposição, sobrepujava os meios ou a compreensão do maior número dos leitores?... Mas o povo português hoje também gosta de instruir-se e lê: porque os escritos populares se imprimem e vendem por preços cômodos e portanto se difundem.”<sup>16</sup>

Quanto às escolas propriamente ditas, **O Panorama** encarregava-se de transmitir preceitos e regras para a conduta do mestre, no sentido de que a ação educativa fosse efetivamente levada a contento. As crianças deveriam ser orientadas para a obediência e quaisquer desvios deveriam ser punidos, seja por uma advertência, uma admoestação ou um castigo. Cabia, porém, ao educador explicitar com distinta clareza o porquê da punição, de modo a garantir a eficácia do eventual castigo. Saber bem recompensar e bem punir eram as verdadeiras artes que destacavam a ação do bom educador. Recomendava-se, nesse quesito, que o mestre não se enfurecesse, mas que se mostrasse capaz de manter o equilíbrio, a serenidade, a ponderação do julgamento. Mesmo o ato de castigar deveria ser realizado perante critérios objetivos, sempre mantida a equidade do educador. Por outro lado, consciente de que a juventude é muito propensa à imitação, recomenda-se que o professor seja capaz de se manter perante códigos irrepreensíveis de conduta moral e civil. As boas ações seriam nessa dimensão postas como o parâmetro a ser seguido, e esse ato complementaria a própria instrução formal.

“Temperai a severidade à medida que vossos discípulos aumentarem em idade; quanto mais cedo os tratares como entes sensatos, mais depressa a razão se lhes desenvolverá, aperfeiçoando e amadurecendo. E ainda que seja muito importante conduzir as crianças pela senda da razão, nem por isso é conveniente obrigá-las a longos e fastidiosos discursos: falai pouco, mas ponde freqüentemente em prática o que for bom e útil. As principais regras que devem acompanhar o desenvolvimento moral das crianças, e que ao hábil educador cumpre saber aplicar e modificar com prudência e tato, conforme a idade, caráter, inclinações e capacidade dos seus discípulos, são as seguintes: poucos preceitos; uma moral prática que faça amar a virtude e incline as crianças a serem compadecidas, generosas e humanas para com os desgraçados; escrupulosa escolha das pessoas que houverem de tratar com elas; conservar na sua presença o procedimento exemplar, afastando-lhe dos

<sup>16</sup> O PANORAMA, nº140, volume quarto, 1840, p. 1

olhos o quadro das paixões, fraquezas e defeitos que não devem contrair, evitando ao mesmo tempo o falar-lhes em faltas que ainda não cometeram; achar o meio termo entre a extrema indulgência e a extrema severidade, cedendo aos seus desejos quanto for possível sem inconveniente; pois que desta forma lhes ganharemos amizade, mostrando-nos sempre dispostos a concorrer para seu bem-estar; perseverança inflexível nas coisas que uma vez lhes negarmos quando a negativa se fundar em razão e necessidade; e o talento de nos fazermos igualmente amados e respeitados, governando pela influência dos bons exemplos e familiarizando as crianças com a virtude por meio do hábito”<sup>17</sup>

A pedagogia d’**O Panorama** pretendia sem dúvida humanizar, modernizar a trazer técnica à escolarização primária portuguesa, esclarecendo os mestres e os pais de família sobre como verdadeiramente compor um mosaico científico de práticas educativas. Entendiam que assim estariam contribuindo para aperfeiçoar uma atividade social que caminhava de maneira tão incipiente, tão refém dos hábitos e das rotinas cristalizadas pelo regime antigo, tão monótona e reticente a quaisquer inovações. A escola renovada e inovadora era já nessa alvorada do liberalismo uma auto-proclamada necessidade social.

A iniciativa editorial de outros inúmeros jornais e revistas editados a partir do final dos anos 30 pretende atender, no modelo d’**O Panorama** camadas variadas da população, tendo em vista, como já pudemos observar, essa Pedagogia do homem feito, que tinha, sem sombra de dúvida, na Revolução Francesa seu marco de referência. Tratava-se entretanto de reformar a sociedade, até para depurá-la de seus elementos de risco, até para prevenir a ocorrência das revoluções. Tendo por meta essa moralização pela leitura, que, ocupando o tempo livre, prepararia os valores do trabalho, havia que tornar atraente o veículo, e, para tanto, costumava-se apresentar para o leitor as vantagens contidas na proposta. Nada como principiar pela evocação do exemplo...

Reconstruir a nacionalidade com olhos voltados para o passado é sem dúvida o máximo intento do romantismo que atinge, com a atuação político-literária de Castilho, seu ponto maior. Foi na direção da **Revista Universal Lisbonense**, durante os primeiros anos da década de 40, que Castilho teve oportunidade para verdadeiramente evidenciar o tributo que tinha para com a própria biografia de Herculano que, alguns anos antes

<sup>17</sup> O PANORAMA..., 26-10-1839, volume III, p. 406.

(1837), fundara - como vimos - **O Panorama**.<sup>18</sup> O fato é que justamente nesses anos 40, a **Revista** privilegiava de fato o temário ligado à educação, trazendo inclusive inúmeras estatísticas sobre a situação do ensino na época. Na verdade, aqui o tema era trabalhado fundamentalmente na dimensão pública de formação para um dado modelo de cidadania liberal. Era também o problema do voto quem fazia pensar na escola....Atribui-se aquilo que se entendia como crise política, acoplada às dificuldades de ordem material, à carência de instrução; e, sobre isso, dizia-se o seguinte:

“Um cidadão que não sabe ler, escrever e contar, que uso, sinceramente falando, poderá fazer de seu sufrágio eleitoral ? Qual é a habilitação que pode a sua consciência adquirir para votar com discernimento sobre o candidato que será de mais proveito na advocação da causa comum ? Qual é a discussão pela imprensa que ele por si pode consultar sem induções alheias, para se esclarecer sobre essa mesma e sobre as qualidades do representante que deve eleger para a promover ? Como pode haver ou se há de criar essa mesma discussão se ele não concorre para o seu custeio ? E como há de ele concorrer se ela não serve de nada, visto que a não sabe ler?”<sup>19</sup>

A instrução era tida como alavanca do governo representativo, aquilo que lhe trazia solidez, aquilo que o equilibrava. O bem público e o equacionamento das dissensões políticas necessitariam pois da bússola da ilustração popular. Na verdade, o mesmo jornalista destacava, em número posterior, que teria sido a monarquia constitucional quem de fato criara a necessidade de escola. Dera-se ao povo um direito que, se ele não soubesse fazer uso, poderia causar complicações... A representação exigia interlocutores preparados, na ausência dos quais todo o sistema poderia repentinamente ir por terra... É fato que, justamente naqueles anos 40, Portugal vivia uma situação conturbada em termos da estrutura do poder que, a partir de fevereiro de 1842, voltaria às mãos da direita, através da ação de Costa Cabral.<sup>20</sup> Como já recordava-nos o texto de Rômulo de

<sup>18</sup> Acerca do tema, Saraiva diz o seguinte: “A partir de 1842, a direção da Revista Universal Lisbonense, uma das mais importantes da nossa época romântica, permite-lhe exercer uma influência considerável, que transborda dos meios restritamente literários. Essa influência vai inteiramente ao encontro da reação tradicionalista que então se fazia sentir sob os Cabrais; a revista arvora-se em guardiã dos bons costumes, da sã moralidade e de um temperado ecletismo literário que se arrima aos clássicos eternos.” (A. J. SARAIVA, História da Literatura Portuguesa, p. 761)

<sup>19</sup> Cláudio Adriano da COSTA, Instrução Pública, In: Revista Universal Lisbonense, tomo II, anno de 1842-3, p. 15.

<sup>20</sup> Sobre o governo de Costa Cabral, permitimo-nos emprestar a explicação de A. H. De Oliveira Marques: “O Cabralismo adotou a bandeira da ordem e do desenvolvimento econômico. Como tal, estabeleceu no país um regime de repressão e de violência, muitas vezes comparável ao despotismo miguelista. Mas ao contrário

Carvalho, foi a Reforma de Ensino empreendida por Costa Cabral quem dividiu formalmente a instrução primária em dois graus sucessivos, tal como já preconizara o próprio Herculano, em consonância com os projetos que haviam sido desenhados pela Revolução Francesa. De qualquer maneira, era com os olhos voltados para o cidadão do dia seguinte e para a provável ampliação dos direitos de cidadania que se desenhava com um certo rigor a delimitação, o cronograma e a agenda da instrução dos pequeninos<sup>21</sup>:

“Na monarquia pura, era o Rei que fazia todas as leis; boas ou más, não era da nossa conta, lá iam indo, feitas e executadas pelas autoridades a quem ele assim o mandava. O princípio aí é a submissão de todos à vontade de um só. Na monarquia constitucional é o povo, porém, a quem toca essas incumbências

---

de D. Miguel, Costa Cabral não pretendia voltar ao passado nem às suas estruturas obsoletas; o que lhe interessava era o desenvolvimento de Portugal numa via progressiva, sobretudo nos campos das obras públicas e da administração. Muitas das suas reformas iriam por isso durar, mesmo depois de o seu nome se ter convertido em anátema para a maior parte dos cidadãos.(...) O despotismo impudente de Costa Cabral, em contraste com o seu respeito teórico pela Carta e pelas liberdades nela consignadas, aliado à sua incapacidade, ou falta de vontade, de levar a violência aos seus últimos limites e se desembaraçar de toda a oposição, resultaram na mais terrível e mais longa guerra civil que se registrou entre os liberais.” (A. H. OLIVEIRA MARQUES, *História de Portugal* - volume III, p. 23-4)

<sup>21</sup> A Reforma de Costa Cabral, oito anos após a de Passos Manuel, foi promulgada em 1844. Em linhas gerais, de acordo com a apreciação feita por Rómulo de Carvalho, esta reforma teria mantido os preceitos básicos da que lhe antecedeu, introduzindo entretanto algumas novidades, às quais aquele estudioso daria destaque: “Uma delas, de muita relevância, foi a divisão da instrução primária em dois graus. Entendeu-se que a instrução primária tradicional, reduzida ao conhecimento da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas era suficiente como informação mínima de todos aqueles que aí terminassem sua escolaridade. Não correspondiam os dois graus desta instrução aos dois escalões, elementar e superior, que Herculano projetara, pois, para este, o escalão superior equivalia, embora limitadamente, ao ensino secundário ministrado nos Liceus, enquanto Costa Cabral mantinha o ensino liceal de Passos Manuel e ampliava a programação da instrução primária. O primeiro Grau da instrução primária da Reforma de Costa Cabral ocupava-se ( artigo 1º ) de ler, escrever e contar, exercícios gramaticais, Corografia e História de Portugal, Moral Doutrina Cristã e Civilidade. O segundo grau continuava a desenvolver as matérias anteriores e acrescentava-lhes Gramática, Desenho Linear, Geografia, História Geral, História Sagrada do Antigo e do Novo Testamento, Aritmética e Geometria aplicadas à Indústria e Escrita.” ( Rómulo de CARVALHO, *História do ensino em Portugal*, p.577 ). Rómulo de Carvalho critica o irrealismo das determinações de Costa Cabral quando o legislador preconizava que os dois graus de ensino se processassem em escolas distintas, devendo as escolas existentes se adequarem ao nível do primeiro grau, e prescrevendo a criação, a partir dali de escolas primárias de segundo grau. Nos termos do mesmo analista: “Também em termos irreais se propôs Costa Cabral combater o analfabetismo decretando que todos os ‘pais, tutores e outros quaisquer indivíduos residentes nas povoações em que estiverem colocadas as Escolas de Instrução Primária, ou dentro de um quarto de légua em circunferência dela’, mandem à escola ‘os seus filhos, pupilos, ou outros subordinados desde os 7 até os 15 anos de idade’, ficando sujeitos, se não o fizerem, primeiro a aviso, depois a intimação, depois a repreensão, e por fim a multa. De tal disposição se excetuavam os que provassem que os meninos já possuíam os conhecimentos daquele grau de ensino, ou que poderiam obtê-los de outra forma sem recorrer ao ensino oficial, ou ainda que por sua excessiva pobreza não os pudessem enviar à escola. Aqueles pais que não estivessem em nenhuma destas condições, mas a quem fosse ‘penosa a falta de trabalho dos meninos’, poderiam mandá-los à escola apenas ‘em uma das lições diárias’. Deduzidos todos estes casos, que poderiam abranger uma boa parte da população escolar, a obrigatoriedade para os restantes seria sempre de execução precária, dado o número insuficiente de escolas primárias existentes na época e de todas as demais carências ligadas ao ensino.” ( Id. Ibid. , p. 578 ).

da legislação; mas como há de ele desempenhá-la sem as prévias disciplinas para esse fim primeiro aprendidas, e como há de depois ele dar à execução os seus próprios arestos privado da necessária instrução para compreender o seu espírito, sem o que, por melhores que eles sejam, eles se desvirtuarão ? Entregar um povo ao seu livre arbítrio sem imediatamente cuidar da sua educação moral e industrial é querer fazer dele péla para ambiciosos jogarem com ela até o jogo acabar na aniquilação de um e de outros, dos pacientes e também dos agentes.”<sup>22</sup>

Outra questão que preocupava bastante os articulistas remetia-se às disparidades regionais do investimento em educação. De fato, se havia crise quanto ao oferecimento da instrução primária em todo o Reino, havia verdadeira falência quanto à sua distribuição. Na verdade, como se podia observar, naquele ano de 1843 - em estando corretos os dados da tabela acima - entre o mais bem dotado distrito ( Vila Real ) e o menos dotado ( Faro ) havia uma diferença de 5 para 1. Isso na prática queria dizer que, “enquanto no Algarve há em cada 78 famílias 1 menino que aprende a ler à custa do Estado, há em Vila Real 1 por 15 famílias.”<sup>23</sup>

Finalmente, a mesma **Revista** destacava o tema da escolha, da formação e da habilitação dos professores para o ensino primário. Em artigo publicado no ano de 1846, Silvestre Pinheiro Ferreira destacava a dificuldade que o Estado apresentava quanto à seleção de bons professores, fundamentalmente a partir do péssimo salário que os candidatos ao magistério se dispunham a receber.

“Pois bem: Não há um só país em que os professores de primeiras letras vençam um ordenado igual ao que ganha anualmente qualquer oficial dos ofícios os mais ordinários ! Daqui resulta que, salva mui poucas exceções, só pessoas incapazes para qualquer outro emprego é que se apresentam para dirigir as escolas de instrução primária. De que conceito podem pois gozar no público homens tão insignificantes ? E que respeito lhes podem ter os discípulos testemunhas da nenhuma consideração que se lhes tributa.”<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Cláudio Adriano da COSTA, Instrução Pública, In: Revista Universal Lisbonense, tomo VI, anno de 1846-7, p. 221.

<sup>23</sup> Cláudio Adriano da COSTA, Instrução Pública, In: Revista Universal Lisbonense, tomo II, ano de 1842-1843, p.64. A tabela que acabamos de reproduzir encontra-se neste mesmo artigo, à página 63.

<sup>24</sup> Silvestre Pinheiro FERREIRA, Reflexões sobre o estado actual de instrução e educação publica, In: Revista Universal Lisbonense, tomo V, anno de 1845-1846, p. 157-8.

Conclui-se que Portugal estaria aquém de todos os avanços constatados por esses países na divulgação da parcela de conhecimento vista como essencial para todos os indivíduos, independentemente da distinção entre as diferentes vocações e os diversos talentos. Havia, no parecer da maior parte desses formadores da opinião pública que escreviam para os jornais e para as revistas letradas em Portugal daqueles meados de século, um nível fundamental de instrução necessário a todos os homens e que seria o mesmo, invariável e universal, independentemente de proveniências de classe ou de fortuna, não devendo portanto ser pelas mesmas obstaculizado.<sup>25</sup> Esse degrau primário corresponderia basicamente à etapa destinada a derrocar as crenças e superstições populares, para gradual instauração daquilo que Catroga caracterizaria como uma mundividência: uma interpretação sobre a própria circunscrição, em sua época, em seu país, mediante uma chave analítica uniforme, através da qual se poderia engendrar uma nova memória e, com ela, ou a partir dela, um novo futuro. Por outro lado, a cultura do escrito - como já pudemos observar nas páginas anteriores - concorria e recusava a dimensão da oralidade, da memória e da cultura oral... Se o livro recusava a fala e a partilha da vida e do relato oral, a imprensa parecia, por seu turno, ultrapassar o livro e apontar para novas dimensões técnicas para a própria cultura do impresso. Se até o livro era visto com uma certa reticência, evidentemente haveria uma extrema desconfiança quanto à dimensão da figura do escritor e particularmente do papel que assumia então a imprensa, que, nessa medida, tornava-se a inimiga número um.

Estampa de artigo intitulado “O escritor tenebroso” trazia - no nº24 do periódico intitulado **O jardim litterario: semanario de instrucção e**

<sup>25</sup> Eram inúmeros artigos de jornais e revistas que traziam como anexo ou mesmo como parte do corpo do texto dados sobre a instrução elementar nos grandes países ou nas grandes capitais europeias. Tomaríamos como outro exemplo aqui ilustrativo o tomo I do periódico *Universo pittoresco; jornal de instrução e recreio*, publicado em Lisboa no ano de 1840. À página 103 do dito tomo I havia uma tabela, sem qualquer indicação de fonte, intitulada “Termo médio dos mancebos que frequentam escolas, em relação à população dos diferentes estados europeus”. Pretendia-se obviamente evidenciar o atraso de Portugal que, naquele cômputo, só ganhava da Rússia. Note-se que, na relação indicada, os Estados Unidos da América integravam a lista, como se se tratasse de um país europeu:

Inglaterra	1 por cada 11 haabitantes;
França	1 por cada 20 habitantes;
Estados Unidos	1 por cada 4 habitantes;
Baden	1 por cada 6 habitantes;
Wurtemberg	1 por cada 6 habitantes;
Prússia	1 por cada 7 habitantes;
Baviera	1 por cada 10 habitantes;
Áustria	1 por cada 13 habitantes;
Irlanda	1 por cada 19 habitantes;
Polónia	1 por cada 78 habitantes;
Espanha	1 por cada 79 habitantes;
Portugal	1 por cada 88 habitantes;
Rússia	1 por cada 367 habitantes.”

**recreio** (1849) – o desenho de um soturno e compenetrado intelectual, sentado sobre sua mesa, tendo à sua frente o papel e a pena, e que se punha a escrever...Atrás da mesa, bem atrás dele, entretanto, visualiza-se a figura do demônio que o guiaria por indução de pensamento, talvez de sentimentos, conduzindo pelo mal essa atividade da escrita que, por sua vez, era um perigoso e temido ofício porque facilmente seduzido pelas mãos da tentação. Sob tal perspectiva, é com cuidado e com uma declarada hesitação que se anuncia a atividade leitora como um bem a ser apreciado. Como se deve ler?

“É de grandíssima importância um sistema judicioso seguido na leitura. Quem quiser aproveitar-se do trabalho mental, deve seguir duas observações: não ler muito e de corrida; prestar atenção ao que lê. Há gente que só lê para matar o tempo: mas engana-se, mata o espírito. Há livros que são como o desenhativo de uma mesa lauta: mas Deus nos livre destas glozinas e de quem delas se apraz. Só depois do alimento substancial, convém entreter o paladar com as sobremesas.”<sup>26</sup>

A verdade é que cada vez mais o tema da reforma pela educação ganhava corpo. Em meados do século XIX, o problema da organização social do trabalho, em um mundo que caminhava a passos largos para uma modernidade urbana e industrial - ainda que o caso português não correspondesse por enquanto a isso -, apontava para novas e inusitadas necessidades sociais, dentre elas a necessidade da instrução popular. O trabalho e a instrução eram assim percebidos como tarefas interligadas e interdependentes. Portugal era com muita frequência apresentado - de acordo com o que já foi explicitado anteriormente - como o mais ignorante dos povos civilizados. O derramamento da instrução vinha, não obstante, associado à tentativa de regeneração moral do povo; fosse pelo caminho da direita, que desejava preservar os tempos da temida revolução social, fosse, por seu turno, pela esquerda, que antevia o tempo do socialismo como um futuro já próximo para o qual se deveria rumar a passos largos...<sup>27</sup> Supunha-se, na esteira dos ensinamentos de Rousseau, que os progressos da civilização teriam depravado o coração do homem, corrompendo os costumes e produzindo vícios que anteriormente seriam, em tese,

<sup>26</sup> O JARDIM LITTERARIO; semanario de instrucção e recreio, nº11, 1849, p. 86-7.

<sup>27</sup> “ (...) se verdadeiramente não pode haver instrução popular enquanto o trabalho se não organize, baldados serão também, sem o ensino e a educação comum, todos os esforços tendentes à regeneração social, que, há anos, numa parte da Europa se pressente e já hoje com ansiedade se espera. Damos, é verdade, a precedência à organização do trabalho, mas é porque entendemos que, na ordem dos tempos ou dos fatos, este fenómeno terá e deverá certamente de produzir-se primeiro; é por ele que há de principiar a revolução social, tão necessária quanto inevitável, infalível, que as luzes do século preparam, que as legítimas tendências da humanidade reclamam e que os espíritos mais previdentes não só não temem senão que todos a desejem e aguardam com certa impaciência, como único meio de salvar a sociedade do terrível flagelo da mais terrível anarquia.” ( C. J. VIEIRA, A Península, nº 29, 8-8-1852, p.544 ).



desconhecidos. Havia que, pela educação popular, remediar esse mal, cuja raiz estaria entretanto na própria organização do tecido social, que produzia em grande escala a miséria para atender exclusivamente aos interesses de uma pequena fração da sociedade. Pelo menos, era isso que diziam os primeiros jornais socialistas que tiveram lugar em solo português... O lugar da instrução seria, para eles, o de alterar essa disposição artificial:

“Nestes princípios se baseia e neles se resume toda a nossa teoria sobre instrução. Pela igualdade todos têm direito a serem instruídos; pela liberdade cada um pode escolher a instrução que mais lhe convém naturalmente e pela fraternidade todos somos obrigados a concorrer para a instrução de cada um. Mas essa mesma fraternidade, igualdade e liberdade recomendam e exigem que a instrução de cada um seja acomodada às suas forças e propensões porque nem todos podem ser filósofos, nem mesmo dos artistas o bom ferreiro pode sempre, por exemplo, ser bom marceneiro ou vice-versa, posto que até certo ponto o princípio de Fourier seja verdadeiro e possa ser aplicado com proveito. Todo o homem com alguma inteligência e estudo é capaz de picar a pedra e afeioar a madeira com arte. Ora, o mesmo trabalho sempre continuado é monótono e desagradável. Quem por diversão e desenfado, aborrecido de um, pudesse dar-se a outro, seria duplicadamente útil à sociedade.”<sup>28</sup>

Na esteira da tradição francesa, desde os tempos da Revolução, o pensamento português, e, fundamentalmente, desde os primeiros ventos do socialismo, eram apregoados os requisitos básicos para o contorno da escola

<sup>28</sup> C. J. VIEIRA, A Península, nº32, 31-8-1852, p. 587. Na verdade, entendia-se a instrução como um corolário do próprio desenvolvimento técnico, do maquinismo, necessária portanto para engendrar a modernidade institucional da sociedade e para poder florescer efetivamente o governo democrático com que sonhavam naqueles tempos os socialistas: “Para que um povo, compreendendo os seus deveres e direitos, satisfaça aos primeiros, fazendo ao mesmo tempo respeitar os segundos, - que é o que mais importa à ordem, ao bem-estar e saúde da República, porque nisto se resumem todos os interesses vitais - é inegavelmente necessário que esse povo seja primeiro que tudo instruído. Deveres e direitos são para o mundo moral o que os dois pólos para o maravilhoso maquinismo do mundo físico; são, por assim dizer, os eixos sobre que gira toda a sociedade (...)” (Id. Ibid., nº29, 8-8-1852, p. 545 ) A educação popular seria pois útil ao bom governo, em proveito dos cidadãos. O monopólio do poder tende a gerar opressão. O “legítimo reinado do proletariado” reclamaria como forma de governo uma república pautada por referenciais de moralidade e de virtude. Essa tarefa estaria colocada ao alcance da instrução, nos seguintes termos: “Um governo ilustrado, justo e digno de dirigir um povo, tendo sobretudo a peito dirigi-lo como deve, esse decreto não poderá deixar de ver na educação geral o seu mais poderoso auxiliar. Para qualquer outro, para o governo que não quer governar, mas só deseja oprimir, para esse é sem dúvida melhor que o povo seja eternamente ignorante, imoral, vicioso e corrupto. Esperais que ele decrete a educação popular ? Esperais pelo seu suicídio; é uma louca esperança. Quem não sabe que só se escraviza o povo embrutecido, que todo o povo civilizado se liberta, se emancipa?” (Id. Ibid., p. 546) Na sequência, o texto discorria sobre a impossibilidade, a seus olhos evidente, de perpetuação da tirania em um Estado onde a instrução houvesse sido efetivamente espalhada. A educação popular era então, no parecer daquela aurora do socialismo em Portugal, evidentemente a primeira inimiga do despotismo.

pretendida. Sendo assim, tendo por plataforma primeira a ocorrência da “harmonia e concórdia fraternal” através do gesto da irradiação efetiva da educação, pressupunha-se algumas condições: havia que se garantir a todos a instrução gratuita e obrigatória, posto que, se por um lado, todos teriam direito de reclamá-la e exigi-la, todos teriam a contrapartida do dever de enviar suas crianças à escola, na medida em que os benefícios da instrução reverteriam necessariamente em benefício da sociedade.<sup>29</sup> A regeneração da vida social portuguesa principiaria por aí: lentidão quanto ao aumento, à expansão e ao aperfeiçoamento da rede pública de escolas; pequena demanda por instrução primária por parte das comunidades locais; pouca aptidão e ausência de formação profissional dos docentes admitidos; má situação física e material das escolas; e o que era, no contexto, ainda pior - a incúria governamental, que não se sensibilizava perante as candentes necessidades de uma escola que, imóvel persistia sendo a mesma, incapaz de engendrar as sonhadas mudanças. De qualquer modo, tecia-se passo a passo, a gramática<sup>30</sup> da vida escolar à portuguesa.

---

<sup>29</sup> “(...) não só porque o cidadão não se pertence a si exclusivamente, mas a si e à comunidade, como também porque, tendo a sociedade de prestar-lhe os meios para a satisfação de suas necessidades, deve em compensação ter o direito de exigir dele todos os serviços compatíveis com as suas forças físicas e morais. Nem o homem pode esterilizar as suas faculdades porque Deus lh’as não deu para isso, nem a sociedade pode consentir porque isso lhe causaria graves prejuízos. Eis-me aqui, o que a ciência e a filosofia dizem de geral sobre o assunto. A aplicação destes princípios, a realização destas idéias, destas aspirações irão regenerar a sociedade.” (C. J. VIEIRA, A Península, nº32, 31-8-1852, p. 588)

<sup>30</sup> A idéia de uma gramática escolar, análoga à categoria de ‘forma escolar’, expressa –como vimos acima– por Guy Vincent, é de David Tyack e e Larry Cuban, em *Thinking toward utopia: a century of school reform*, trabalho publicado em Londres pela Harvard University Press, no ano de 1995.